

A interação de bens e serviços públicos com o orçamento das famílias brasileiras no período 2002-2018

Autora: Rosa Marina Soares Doria¹

Resumo

A proposta do artigo é identificar em que medida o orçamento das famílias brasileiras é pressionado pelo gasto com bens e serviços que revelam a insuficiência ou a inadaptação da oferta pública. A partir últimas três edições da POF, o artigo mostra a evolução recente do padrão de gastos das famílias brasileiras com um conjunto de itens relacionados à provisão pública. Serão observadas as proporções de famílias que incorrem nesses gastos, como se distribuem e o quanto pesam no orçamento, por faixas de renda.

Palavras chave: Padrões de consumo, serviços públicos, orçamento das famílias

1. Introdução

O padrão de vida das famílias é afetado principalmente por dois fatores: os bens e serviços que podem adquirir com sua renda a partir do setor privado e o acesso a bens e serviços públicos. As condições de habitação, a oferta de transporte público, o acesso a eletricidade, água encanada e esgoto, a disponibilidade e a qualidade da educação e as coberturas de saúde e previdência, entre outros bens e serviços oferecidos pelo Estado, interagem com a renda na determinação das condições de vida.

Os bens e serviços públicos aqui estudados são aqueles oferecidos pelo Estado e estão separados em duas categorias: os que são exclusividade do Estado, seja diretamente ou por meio de uma concessão, composto essencialmente pelos serviços relacionados à moradia e infraestrutura e são o fato gerador de taxas e tarifas públicas, como água, esgoto, eletricidade e coleta de lixo; e aqueles cuja provisão é prerrogativa, mas não exclusividade pública – nos quais se incluem saúde, educação, habitação e os transportes.

Embora sejam essenciais para o desenvolvimento, não há mecanismos que garantam que a oferta de serviços públicos em um país evolua em conjunto com o crescimento econômico, pois as políticas

¹ Economista no IBGE. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRJ.

públicas dependem da aplicação de recursos públicos, cuja alocação é decidida politicamente (Galbraith 1958); a exceção são os benefícios contributivos, como é o caso da previdência.

Em países em desenvolvimento, maior ocorrência de famílias abaixo da linha de pobreza e a maior distância no padrão de vida entre famílias pobres e ricas exacerbam as consequências do descolamento entre a oferta de serviços públicos e o crescimento econômico. Além do mais, nesses países uma parte considerável da população está fora do mercado de trabalho formal e descoberta dos mecanismos contributivos de proteção, o que amplia a necessidade de uma proteção compensatória via outras modalidades da provisão pública (Medeiros 2015a).

No Brasil, o padrão de vida das famílias sofreu uma relevante mudança na década passada (2001-2010) representada pelo crescimento da renda real das famílias mais pobres, que foi possibilitada principalmente por três fatores: o crescimento econômico regular que levou a um significativo crescimento das contratações nos postos de trabalho que pagavam salários mínimos (Pochmann 2012, Santos 2012), das quais uma parte considerável era representada por ocupações formais; a expansão pelo Governo Federal de seus programas de transferência de renda – além do Bolsa Família (Hoffman 2009), o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Seguro Desemprego e as aposentadorias do regime geral de previdência ampliaram a sua cobertura no período (Santos 2012) ; e a política de valorização do salário mínimo, que teve seu efeito potencializado pelo aumento do emprego e pela importância que o salário mínimo tem como balizador das aposentadorias e de outros salários baixos, inclusive no setor informal (Medeiros 2015b).

A nova década representou uma mudança na condução da política econômica (Bastos & Aidar 2019), que inicialmente passou por uma redução do ritmo de crescimento (2011-2014) seguida por recessão (2015-2016) e uma recuperação bastante lenta (2017-2019). Embora a política de valorização do salário mínimo tenha sido mantida até 2018, o mercado de trabalho sentiu os efeitos da desaceleração econômica a partir de 2015, atingindo níveis históricos de desocupados e trabalhadores na informalidade²; esse efeito foi apenas parcialmente contrabalançado pela manutenção dos programas sociais de transferência de renda, já que a política de austeridade fiscal³ implementada a partir de 2015

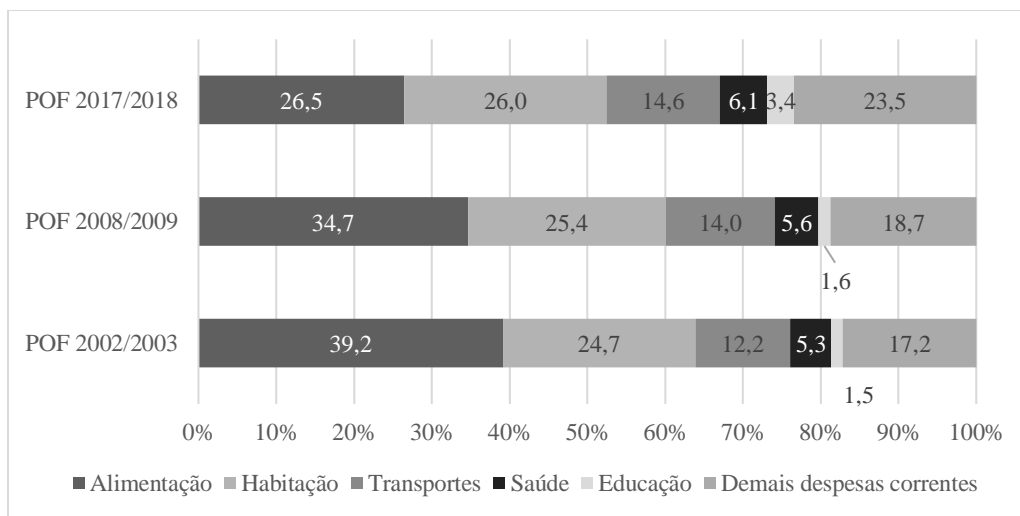
² A taxa de desocupação mensurada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua – IBGE) atingiu seu valor mais alto no primeiro trimestre de 2017. Esse trimestre também apresentou o número recorde de desocupados da série: 14,1 milhões. dados podem ser consultados nas séries históricas da pesquisa <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=series-historicas> e no Banco Sidra <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>

³ Para maiores explicações sobre as reversões de tendência da política fiscal brasileira nas décadas de 2000 e 2010, ver Bastos e Aidar (2019) , Orair & Gobetti (2017) e Summa & Serrano (2015).

representou queda no orçamento real anual de programas como o Bolsa Família e o Seguro Desemprego (Orair & Gobetti 2017).

Em termos do padrão de consumo, a principal transformação decorrente dos ganhos de rendimentos das famílias mais pobres foi a redução da parcela do orçamento que essas famílias despendiam com itens essenciais e consequente diversificação do gasto em direção a outras categorias de consumo, tendência que se manteve na POF mais recente apesar da redução no ritmo desses ganhos de renda. (Figura 1). Portanto, é evidente que o bem-estar das famílias brasileiras mais pobres melhorou por meio dos ganhos de renda; resta observar o que aconteceu com a oferta de serviços públicos no mesmo período.

Figura 1: Participação nas despesas correntes das famílias com renda mensal per capita abaixo do primeiro quintil, por categoria de despesa



(*) Fonte: POF-IBGE

Para entender o que ocorreu com a oferta de serviços e bens públicos no país neste século, é necessário explicar brevemente a sua lógica e o caminho percorrido antes disso. A princípio, a provisão pública no Brasil no período pós-redemocratização foi marcada pela Constituição de 1988, que promovia a incorporação de novos serviços públicos aos deveres do Estado, bem como a ampliação da cobertura dos existentes. Entre as principais mudanças introduzidas na nova Constituição estiveram a proposição de um sistema de saúde pública unificado e universalista (que posteriormente se tornou o SUS); a extensão da aposentadoria pública aos trabalhadores rurais; a criação do BPC para pessoas impossibilitadas de trabalhar e a concessão do Seguro Desemprego. Outra mudança trazida pela

Constituição foi a descentralização da gestão desses serviços entre estados e municípios, que tinha como objetivo maior eficiência na prestação dos serviços e maior proximidade e participação da população nos processos decisórios.

Os novos dispositivos constitucionais buscavam resolver lacunas deixadas pelas formas de proteção social e de provisão de bens e serviços públicos anteriormente vigentes. A proteção social no Brasil havia surgido voltada para categorias profissionais específicas e se tornou sistemática nos anos 30, com o início do Programa de Substituição de Importações (PSI) e se restringiu aos trabalhadores que estavam ligados ao complexo dinâmico da economia (Fleury 1994); os serviços de utilidade pública seguiram um caminho parecido e sua oferta cresceu voltada para a classe média urbana e para trabalhadores da indústria. Enquanto isso, a maior parcela da população – trabalhadores rurais ou a massa urbana não formal - permanecia descoberta de mecanismos de proteção social e sem acesso a serviços básicos como abastecimento de água e esgoto.

Voltando às duas últimas décadas, os movimentos da proteção social e de provisão dos serviços públicos no Brasil foram acompanhados pela trajetória do gasto social, que abrange as principais áreas de políticas sociais⁴. Embora no período esse gasto tenha crescido de forma relevante tanto como proporção do PIB quanto do gasto público, pouco se alterou o seu perfil. Manteve-se o grande peso da previdência e da assistência social no total, enquanto caiu a parcela destinada a educação e saúde em benefício de outras categorias. (Santos 2012). De acordo com Santos (2012, o grande volume recente das transferências públicas de assistência e previdência social (TAPS), em conjunto com o SUS e com a educação pública, representam a consolidação parcial do que foi proposto na Constituição de 1988. De acordo com o autor (2012, pag. 52): “Não é um exagero, portanto, afirmar que o Brasil se tornou (...) um *Welfare State* tropical”. Esse *Welfare State* à nossa moda se caracterizava também pela estrutura de financiamento pouco progressiva.

A demanda por bens e serviços privados de saúde no Brasil, assim como o os de educação, é considerada não essencial por causa de sua oferta pública. Mesmo assim, a má qualidade e a insuficiência de cobertura dos serviços podem estar levando as famílias a incorrer em gastos maiores com saúde e educação privadas. É como se um pequeno aumento da renda das famílias mais pobres levasse a um deslocamento do orçamento de outros gastos ainda essenciais para essas categorias diante da incapacidade do estado de provê-los totalmente.

⁴ O total do Gasto Social compreende gastos públicos em todas as esferas cuja principal função é: Previdência, Assistência Social, Saúde, Educação, Habitação e Urbanismo, Saneamento, Trabalho, Cultura e Lazer ou Desenvolvimento Agrário.

Já os gastos públicos com habitação social, embora tenham crescido na última década, ainda permanecem pouco representativos. Isso significa que grande parte da população que poderia ser objeto dessas políticas tem que comprometer uma parcela relevante de sua renda familiar com moradia, seja com aquisição de imóveis ou aluguel, e/ou morar em condições insalubres.

Os chamados serviços públicos específicos atuam por uma lógica diversa dos serviços sociais. Sua oferta é direta ou indiretamente exclusividade do Estado, mas cobra-se uma taxa ou tarifa por sua utilização. Entre esses serviços os mais representativos nos gastos das famílias são gastos com gás doméstico, eletricidade, água e taxas de esgoto. Historicamente, o acesso das famílias brasileiras a serviços básicos como água encanada e esgoto é baixo para um país tão urbanizado; as famílias de baixa renda são especificamente penalizadas. Já os transportes apresentam características em comum com o primeiro e com o segundo caso: embora o Estado detenha o monopólio da oferta de transporte público, pelo qual cobra uma tarifa, este entra em competição com o transporte privado.

O objetivo do presente artigo é se observar como os serviços públicos interferem nas decisões de gasto das famílias, e como isso evoluiu nas últimas duas décadas. Para tanto, foram observadas as despesas das famílias com taxas e tarifas de serviços públicos e seus gastos com serviços privados análogos àqueles ofertados pela política social, como escola privada e planos de saúde. Essas despesas são captadas apenas pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF – IBGE). Aqui foram utilizadas as três últimas edições da pesquisa, de 2002/2003, e 2008/2009 e 2017/2018.

1) Revisão da Literatura

As relações entre a provisão de serviços públicos e os gastos das famílias são investigadas no Brasil desde que estão disponíveis os dados a respeito dos orçamentos familiares. O trabalho de Rocha (1995) destacou-se ao analisar as mudanças estruturais do padrão de consumo as famílias entre a ENDEF 1974-1975, a primeira pesquisa de orçamentos familiares feita pelo IBGE, e a primeira edição da POF (1995-1996). A autora selecionou as regiões metropolitanas de São Paulo e Recife e observou as mudanças das participações de cada categoria de despesas do Plano Tabular da POF⁵ no total das despesas monetárias de consumo. Para ambas as metrópoles, a principal mudança entre as duas pesquisas foi a queda da participação das despesas com alimentação no total, a qual atribuiu principalmente à elevação da renda per capita média brasileira. A comparação entre as duas pesquisas evidenciou ainda o

⁵ O plano tabular nada mais é do que a forma como o IBGE tabula os itens de despesa e rendimentos declarados à POF em sua publicação.

crescimento da participação de habitação, saúde, transporte e educação, as quais atribuiu ao encarecimento desses serviços decorrente da urbanização. O aumento nos preços dos alugueis e a periferização das metrópoles foram atribuídos como causas da elevação dos gastos com habitação e transportes.

Rocha concluiu que entre as duas pesquisas houve uma tendência de homogeneização dos padrões de consumo no país, tanto entre estratos de renda quanto entre regiões, mas que não decorreu somente de um redirecionamento das preferências na direção dos novos bens em função de um aumento de renda real; é provável que também tenha sido causado pela mudança dos preços relativos e pela necessidade de novos serviços, decorrente da urbanização⁶. Desse modo, parte do potencial ganho de bem-estar proveniente da elevação da renda real teria sido drenado pela incapacidade dos serviços públicos de acompanhar o ritmo do processo de urbanização⁷.

Posteriormente, Stivali e Gomide (2010) avaliaram o gasto das famílias residentes em regiões metropolitanas com transportes, com base nas POFs de 1987-1988; 1995-1996 e 2002-2003. Os autores partiram das despesas com transporte definidas pelo Plano Tabular do IBGE, descontadas dos gastos com aquisições de automóveis. Isolaram também apenas as despesas com transportes urbanos de provisão pública. Examinaram as despesas com transporte em termos relativos à sua participação nas despesas correntes⁸ correspondentes ao total despendido em consumo e impostos pelas famílias, separadas entre dez faixas iguais de renda per capita. Os resultados do artigo apontaram uma estabilidade na participação do total das despesas com transporte nas despesas correntes, enquanto as despesas com transporte público urbano ganharam espaço, movimento que segundo os autores pode ser atribuído ao crescimento das tarifas de ônibus acima da variação da inflação. Na análise por faixas de renda, foi identificada uma reversão de tendência durante o período: na edição de 1987-1988 da POF a participação das despesas com o agregado Transporte crescia com o aumento da renda, o que não ocorreu nas edições seguintes. A hipótese dos autores é que enquanto as famílias dos estratos mais altos atingiram um patamar

⁶ Conclusão semelhante também foi encontrada no primeiro esforço para a compreensão do impacto das despesas com transportes sobre o orçamento das famílias, o estudo desenvolvido pela ANTP em 1980 (apud Stivale e Gomide 2010). O estudo em questão concentrou-se nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro e recorreu a outras fontes de dados além da Endef.

⁷ Nas palavras da autora: “Caso o governo volte a desempenhar sua função de provedor de serviços básicos (...) as famílias, particularmente as mais pobres, poderiam evitar ou reduzir gastos com saúde, educação e transporte urbano, liberando parcela da renda familiar para consumo de âmbito caracteristicamente privado, o que operaria no sentido de elevar seu bem-estar” (pag.316).

⁸ Os itens que compõem as despesas correntes estão definidos no Plano Tabular.

“satisfatório” de sua demanda por transportes, as famílias dos estratos mais baixos e intermediários ainda desejavam aumentar o seu acesso a esses itens.

A evolução dos gastos com educação foi investigada por Castro e Vaz (2010), que também utilizaram as três primeiras POFs e por isso se limitaram à análise das regiões metropolitanas. Também partiram da definição de despesas com educação segundo o Plano Tabular do IBGE, que inclui não somente os gastos com matrículas e mensalidades em cursos privados, mas também gastos de papelaria e outros tipos de despesas relacionadas como livros didáticos e artigos escolares. Os autores compararam a participação nas despesas correntes das despesas com educação totais e decompostas nas três primeiras edições da POF por faixas de renda per capita, e os resultados evidenciaram a baixa participação dos gastos com educação no total das despesas correntes e a alta segmentação por faixa de renda, o que reforça a relevância da oferta pública. Entre as três edições da POF, houve um aumento na participação das despesas com educação no orçamento das famílias metropolitanas, atribuída ao crescimento dos gastos com cursos regulares e cursos universitários superiores. Entretanto, os gastos com educação não só permanecem extremamente concentrados nas faixas de renda mais altas como essa concentração aumentou ao longo das últimas pesquisas.

Diniz et al (2007) observaram a evolução das despesas com saúde nas regiões metropolitanas entre que entre as edições da POF de 1987-1988, e 1995-1996 e 2002-2003. A metodologia utilizada foi o cálculo da participação das despesas com saúde, totais e por categoria, no gasto total das famílias metropolitanas por faixas (décimos) de renda. Os autores observaram que entre as duas primeiras pesquisas citadas a participação das despesas com saúde aumentou em todos os estratos, enquanto entre esta última pesquisa e a de 2002-03 a participação caiu. Em ambos os casos, a sensibilidade foi maior nas famílias de baixa renda. A queda observada possivelmente deveu-se à expansão da cobertura do SUS e à queda do preço dos medicamentos com a difusão dos genéricos, importante para o consumo das famílias mais pobres.

Alguns trabalhos mais recentes examinaram as tendências de consumo em serviços relacionados à provisão pública com base em dados da da POF 2008-2009. Garcia et al (2013) examinaram os gastos monetários com saúde das famílias metropolitanas e a identificaram como a quarta categoria de despesa em participação no orçamento doméstico, atrás apenas de habitação, alimentação e transporte. A metodologia utilizada contrastou a evolução do gasto médio, total e por faixa de renda, em cada categoria das despesas com saúde com a proporção dessas categorias no total das despesas com saúde das famílias. Entre as POFs de 1995/1996 e a última edição, os autores encontraram uma tendência contínua de

redução no gasto médio real com saúde das famílias, puxado pela queda das despesas com consultas. Entretanto, quando abrem os gastos por quintos de renda, encontraram aumento nos gastos das famílias dos dois primeiros quintis em despesas relacionadas à saúde.

Menezes e Nuñez (2012) compararam os gastos com educação nas POFs de 2002/2003 e 2008/2009 e identificaram redução da participação da categoria no orçamento das famílias. Utilizando essa informação, estimaram a participação dos gastos das famílias com educação privada no PIB. Como esperado, a participação dos gastos públicos supera em torno de três vezes a dos gastos privados; entretanto, a diferença entre o valor total estimado dos gastos públicos e privados com educação caiu entre as duas edições da pesquisa.

As despesas das famílias com transporte urbano na POF de 2008/2009 foram examinadas por Carvalho e Pereira (2012) e comparadas às de 2002/2003, com metodologia similar à de Stivali e Gomide (2010). Nos resultados, os autores identificaram que entre as duas pesquisas houve um aumento na parcela das famílias com alguma despesa de transporte privado, enquanto caiu a proporção de famílias que gastava apenas com transporte público. No entanto, o percentual de comprometimento da renda com as despesas de transporte permaneceu no mesmo patamar para ambas as categorias. De qualquer maneira, observou-se uma tendência nos hábitos de consumo de substituição das despesas com transporte público por despesas com transporte privado, catapultada por políticas que incentivam a aquisição de automóveis e pelos recentes ganhos de renda da população. A evolução das despesas com transportes por faixas de renda reforça essa hipótese, já que justamente as famílias de baixa renda foram aquelas que mais alteraram seus hábitos de consumo em transportes,

A interação entre aumento da renda real, baixo crescimento da demanda por serviços de transporte coletivo e elevação das despesas com aquisição e manutenção de veículos associada a políticas de incentivo chamou a atenção de Carvalho (2014), que em um artigo posterior decidiu investigar as elasticidades-renda, totais e por faixas de renda, das despesas com transporte privado e público. O autor dividiu o cálculo das elasticidades em gastos com aquisição de automóveis, manutenção de automóveis e transporte público. Os resultados encontrados evidenciam que para as famílias metropolitanas os gastos com transporte público são inelásticos em relação à renda (aumentam menos que proporcionalmente) enquanto os gastos com transporte privado (aquisição e manutenção) são elásticos.

2) Metodologia

2.1) A POF

Os resultados do artigo foram elaborados a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada pelo IBGE, nas últimas três edições: 2002/2003, 2008/2009 e 2017/2018. A POF tem o objetivo de mensurar e descrever as estruturas de consumo, de gasto e de rendimento das famílias brasileiras, buscando traçar o perfil das condições de vida da população a partir de seus orçamentos domésticos (IBGE 2004).

A POF é realizada por amostragem, tendo como unidade de coleta o domicílio. A coleta é realizada no período de um ano. A cada domicílio selecionado na amostra foi atribuído um peso amostral que permite a obtenção de estimativas para o universo da pesquisa. Entretanto, a unidade básica de investigação e análise dos orçamentos é a Unidade de Consumo (UC), a qual compreende uma ou mais pessoas que dividem gastos com alimentação e na pesquisa é análoga a uma família. Dessa forma, um domicílio pode compreender mais de uma unidade de consumo, embora esses casos sejam minoria (IBGE 2004, 2010).

A pesquisa é realizada por meio de questionários aplicados nos domicílios⁹, com informações e valores atribuídos e declarados pelos próprios moradores; para uma maior fidelidade das informações coletadas, uma equipe do IBGE acompanha o domicílio por uma semana. São listados os moradores de cada domicílio, bem como sua distribuição nas respectivas UCs. Dentre os moradores, é identificado o Chefe da Família como aquele responsável pela maior parte dos gastos com habitação. Os demais moradores são listados de acordo com a sua relação ou parentesco com o chefe da família.

Os resultados da POF são liberados em dois conjuntos de informações. O primeiro é constituído por dados agregados segundo um padrão pré-determinado de organização. O segundo constitui os microdados, que disponibilizam as informações de cada um dos domicílios investigados na amostra. As informações dos microdados são divulgadas em diferentes registros, de acordo com características das variáveis usadas. Os diferentes domicílios, UCs e moradores são identificados por códigos, garantindo o anonimato dos informantes da pesquisa. Todos os registros dos microdados podem ser agrupados por seu domicílio. Alguns registros adotam a UC como unidade de referência para as despesas e rendimentos, enquanto outros adotam seus moradores (pessoas).

Na POF, as despesas podem ser discriminadas entre monetárias ou não monetárias. As primeiras são aquelas efetuadas por pagamentos à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou cartão, enquanto as demais correspondem a tudo o que é produzido pelos moradores, extraído da natureza ou recebido como

⁹ São consideradas Unidades de Orçamento aqueles moradores maiores de 10 anos que contribuíram para as despesas da UC nos últimos 12 meses.

doação; seus valores foram atribuídos pelos próprios informantes. Os rendimentos também são discriminados entre rendimentos monetários e não monetários. O primeiro grupo inclui rendimentos provenientes do trabalho, de transferências (aposentadoria, pensões, etc.), rendimentos de aluguel e outros rendimentos esporádicos. Já os rendimentos não monetários correspondem à contrapartida das despesas não monetárias.

Nas duas últimas três pesquisas, cada tipo de despesa foi associado a um período de apuração, de acordo com a sua frequência e regularidade. As despesas individuais cotidianas, como é o caso do transporte público, foram contabilizadas no período da coleta de dados. Já para as despesas coletivas que exigem um maior planejamento, como, por exemplo, aquelas relacionadas à aquisição de automóveis, empregava-se o período de 90 dias ou 12 meses, dependendo da periodicidade e do montante da despesa. Para evitar efeitos sazonais, as amostras foram realizadas de forma rotativa. As despesas foram contabilizadas por seu valor corrente, mas podem ser deflacionadas para a data de referência da pesquisa.

2.2) Construção e tabulação dos resultados

Para a construção da base de despesas, os registros de despesas dos microdados foram compatibilizados pelo referido domicílio e fundidos em um único registro de despesas para cada edição da pesquisa: os dados amostrais foram ponderados ou expandidos pelo fator de expansão domiciliar. A variável utilizada para cálculos da soma das despesas em um determinado item ou categoria foi o valor da despesa anualizado e deflacionado, e foram consideradas apenas as despesas monetárias¹⁰. Foi utilizada como variável para separação das faixas de renda a renda média mensal monetária domiciliar per capita.

Os gastos com serviços públicos ou correlatos foram investigados entre os dados disponíveis na POF pelas seguintes categorias: despesas com serviços de utilidade pública (eletricidade, abastecimento de água e esgoto e gás doméstico) despesas com moradia (aluguel e condomínio), despesas com educação privada, despesas com saúde privada e despesas com transporte urbano público e privado (gastos com passagens, aquisição e manutenção de veículos).

A comparação entre despesas nas duas POFs requereu algumas adaptações. A edição de 2002/2003 incorporou as despesas com aquisição de veículos nas despesas com transportes, enquanto a de 2008/2009 as transferiu para a categoria “aquisição de ativos”. Aqui, em ambos os anos as despesas

¹⁰ As três edições da POF utilizadas contabilizam despesas monetárias e não monetárias. As despesas não monetárias correspondem a uma estimativa feita pelos próprios informantes do valor de itens adquiridos por troca, doação ou produção própria. A essas despesas é associada também uma renda não monetária, que corresponde a um acréscimo no valor dos rendimentos equivalente às despesas não monetárias do domicílio.

com aquisição de veículos serão consideradas despesas com transportes. Adicionalmente, como os produtos são listados livremente pelos informantes, sugeriram novos itens na edição de 2017/2018 que não podem ser comparados às edições anteriores, bem como desapareceram itens citados nas edições 2002/2003 e 2008/2009; esses produtos serão comparados pela junção em categorias maiores¹¹.

Tabular a POF 2017/2018 representou um desafio a mais porque até o presente momento não foi divulgado o registro de domicílios, que apresenta quantidade de moradores por domicílio e detalha as condições de moradia. Para calcular a renda per capita utilizada foi somado o número de moradores por domicílio a partir do registro de moradores. Adicionalmente, na análise de dados é importante ter em mente que a última edição da pesquisa atrasou e foi publicada nove anos após a anterior, interrompendo a periodicidade de seis anos. Logo, é normal que a comparação da distribuição das despesas por categorias entre a pesquisa de 2008/2009 e a última apresente variações mais bruscas.

3) Resultados

3.1) A composição do orçamento das famílias

A comparação entre a composição das despesas monetárias correntes das famílias por grupos de despesas na POF 2017/2018 mostrou que as famílias no primeiro quinto de renda comprometiam uma proporção muito alta de seu orçamento com alimentação. (Tabela 1). À medida que a faixa de renda crescia, as despesas se diversificavam; a partir do segundo quinto de renda, a habitação superava a alimentação e passava a ser o grupo de despesas com maior representatividade no orçamento. Por fim, no último quinto de renda, os gastos com transportes ultrapassavam os gastos com habitação e se tornavam a principal categoria.

Entre as três últimas edições da POF, a principal mudança no perfil dos gastos do conjunto das famílias foi a acentuada redução da participação das despesas com alimentação. Já as despesas com transportes e habitação ganharam espaço no orçamento entre a POF 2002/2003 e 2008/2009 e perderam um pouco de participação entre essa última edição e a mais recente. As despesas com habitação permaneceram como a categoria mais representativa nas três POFs, enquanto os transportes

¹¹ Os produtos da POF são listados livremente pelos informantes da pesquisa e o IBGE não produz ou disponibiliza um tradutor entre produtos das diferentes edições, de modo que os pesquisadores que comparam duas ou mais edições da pesquisa necessitam definir uma forma de comparar os dados. Agradeço a Fernando Gaiger Silveira, técnico do IPEA, por ter me cedido o seu tradutor completo de produtos da POF 2002/2003 para a POF 2008/2009. Já para a POF 2017/2018, de recente divulgação, ao invés de utilizar o tradutor foi feita uma compatibilização menos detalhada, por meio de grupos de produtos.

ultrapassaram a alimentação e subiram da terceira para a segunda colocação a partir da edição de 2008/2009.

Tabela 1 : Despesas Monetárias Correntes das Famílias por finalidade das despesas¹² e quintos de renda (%)

Categoria de despesas / Quintos de renda	POF 2002/2003						POF 2008/2009						POF 2017/2018					
	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total
Alimentação	39.2	32.4	27.9	22.1	15.0	21.5	34.7	29.1	25.5	21.2	15.3	20.8	26.5	22.0	20.8	18.0	14.7	18.0
Habitação	24.7	26.0	25.2	24.3	23.3	24.1	25.4	26.4	25.9	25.4	24.6	25.2	26.0	25.4	24.2	21.9	18.2	21.3
Vestuário	6.5	7.1	6.9	6.2	4.8	5.7	6.8	7.0	6.5	6.1	4.9	5.7	5.4	5.1	5.1	4.6	4.0	4.5
Transportes	12.2	14.1	16.2	20.0	22.9	19.9	14.0	16.5	18.6	21.6	25.0	21.7	14.6	17.4	18.2	21.2	22.5	20.4
Higiene	3.5	3.4	3.2	2.8	1.8	2.5	3.8	3.7	3.3	2.8	1.9	2.6	7.2	5.9	5.2	4.3	2.5	4.0
Saúde	5.3	6.3	7.0	7.4	8.0	7.4	5.6	6.1	7.0	7.6	8.1	7.5	6.1	7.6	8.4	8.4	9.5	8.6
Educação	1.5	1.6	2.3	4.0	6.4	4.6	1.6	1.8	2.3	3.3	4.5	3.5	3.4	3.8	4.3	5.7	6.2	5.3
Recreação	1.2	1.6	2.1	2.6	3.1	2.6	1.5	1.8	2.0	2.1	2.5	2.2	2.3	2.4	2.6	2.7	3.2	2.9
Fumo	1.4	1.4	1.2	0.8	0.4	0.8	1.2	1.1	1.0	0.7	0.3	0.6	1.0	0.9	0.7	0.6	0.3	0.5
Serviços Pessoais	0.8	1.1	1.1	1.1	1.2	1.2	1.0	1.2	1.3	1.4	1.3	1.3	1.5	1.6	1.6	1.6	1.5	1.5
Outras despesas de consumo	2.0	2.4	2.9	3.0	4.0	3.3	2.1	2.5	2.8	3.0	3.9	3.3	2.1	2.4	2.6	3.3	4.5	3.5
Outras despesas correntes ¹³	1.8	2.7	4.0	5.6	9.1	6.6	2.34	2.97	3.90	4.87	7.72	5.72	4.09	5.56	6.25	7.89	12.94	9.38

Fonte: POF- IBGE edições 2002/2003, 2008/2009 e 2017/2018.

Entre as três edições da pesquisa, a queda de participação das despesas com alimentação foi mais intensa para as famílias no primeiro e no segundo quinto de renda, justamente as que gastavam a maior parte de seu orçamento com essa finalidade. Com uma menor parcela do orçamento comprometida com a alimentação, as famílias dos dois primeiros estratos de renda puderam diversificar suas despesas e todos os demais grupos ganharam participação. Porém, parte dessa diversificação foi destinada a habitação e transportes, que são despesas essenciais e já comprometiam uma parte elevada do orçamento das famílias mais pobres.

A seguir, serão analisadas a composição e a evolução das principais categorias de despesa¹⁴ relacionados à provisão de serviços públicos: habitação, transportes, saúde e educação.

3.2) Despesas com Habitação

¹² As categorias de despesas foram separadas de acordo com o plano tabular de cada edição da POF. Foram feitas adaptações na segmentação das despesas de 2002/2003 para torná-las compatíveis aos planos tabulares das POFs de 2008/2009 e 2017/2018.

¹³ Impostos, contribuições trabalhistas, serviços bancários, pensões etc.

¹⁴ Com exceção das despesas com transporte público, que foram selecionadas produto a produto, todas as categorias de despesa usadas neste trabalho foram selecionadas segundo o plano tabular das respectivas POFs

Entre as despesas com habitação, foram selecionadas as despesas com os principais serviços de utilidade pública (energia elétrica, água e esgoto e gás doméstico) e as despesas com aluguel e condomínio, que embora não estejam relacionadas diretamente à provisão de serviços públicos estão ligadas à política habitacional.

Na POF 2017/2018, os serviços de utilidade pública foram individualmente destacáveis no total do orçamento doméstico: enquanto as despesas com energia elétrica atingiam 3,7% das despesas correntes para o total das famílias, as despesas com gás e água atingiam 1,2% e 1,5%, respectivamente (Tabela 2).

As três despesas tinham maior participação no orçamento para as famílias dos dois primeiros quintos e perdiam importância conforme a faixa de renda aumentava. Somadas, representavam 11,4% das despesas correntes totais no primeiro quinto e apenas 3,7% no último.

Em geral, as despesas com serviços de utilidade pública apresentaram estabilidade na participação no orçamento das famílias entre as POFs de 2002/2003 e 2008/2009 e um aumento entre a pesquisa de 2008/2009 e a mais recente. Na edição de 2017/2018, o destaque foi o ganho de importância no orçamento das despesas com energia elétrica nos dois quintos de renda, o que já havia sido verificado na edição de 2008/2009. Já as despesas com gás doméstico perderam participação na POF 2008/2009 e mantiveram na POF 2017/2018.

Tabela 2: Despesas Selecionadas com Habitação¹⁵ – Participação nas despesas correntes, total e por quintos de renda (%)

	POF 2002/2003						POF 2008/2009						POF 2017/2018					
	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total
Aluguel + Condomínio	2.1	2.2	2.6	2.8	3.6	3.1	2.7	3.0	3.3	3.4	4.4	3.8	3.8	4.2	4.1	4.2	5.4	4.7
Serviços de utilidade pública	9.4	9.3	8.1	6.3	3.5	5.6	9.4	8.8	7.7	6.2	3.5	5.6	11.4	9.8	8.8	6.6	3.7	6.4
Energia elétrica	3.9	4.3	4.1	3.5	2.2	3.0	4.6	4.7	4.2	3.7	2.3	3.3	6.0	5.4	4.9	3.9	2.3	3.7
Gas doméstico	3.8	3.3	2.4	1.5	0.7	1.5	2.8	2.2	1.6	1.1	0.5	1.1	3.0	2.1	1.7	1.1	0.5	1.2
Água e esgoto	1.7	1.8	1.6	1.3	0.6	1.1	2.0	2.0	1.8	1.5	0.7	1.3	2.5	2.4	2.2	1.7	0.8	1.5

Fonte: POF- IBGE edições 2002/2003, 2008/2009 e 2017/2018.

¹⁵ O acesso a serviços de utilidade pública por domicílio, bem como a forma de acesso, está disponível no registro de domicílios nos microdados das POFs 2002/2003 e 2008/2009. Entretanto, na POF 2017/2018 esse registro ainda não foi divulgado (março de 2020).

A soma das despesas com aluguel e condomínio correspondeu a 4,7% das despesas correntes do total das famílias na edição de 2017/2018; essa proporção era de apenas 3,8% para as famílias do primeiro quinto e crescia até atingir 5,4% para as famílias do último quinto. Ao longo das três edições da pesquisa, a parte do orçamento gasta com aluguel e condomínio cresceu no total e para cada uma das faixas de renda.

A proporção de domicílios que efetuam despesas selecionadas, essa proporção cresceu para as categorias no período transcorrido entre as três edições da POF analisadas (Tabela 3). O pequeno crescimento da parcela de domicílios que gastam com aluguel e condomínio é compatível com o aumento da importância dessas despesas no orçamento das famílias. Já a proporção de domicílios que obtém despesas com energia elétrica e água e esgoto podem ser tomadas aqui com a proxy do acesso a esses serviços; essa proporção cresceu no período transcorrido entre as três POFs, especialmente para as duas primeiras faixas de renda.

Já a proporção de domicílios que gastam com gás doméstico, que pode ser obtido tanto por rede de distribuição quanto por botijão, foi semelhante nas três pesquisas. Entretanto, sua composição em termos de faixa de renda mudou: os domicílios dos dois primeiros quintos de renda ampliaram o seu acesso ao gás, enquanto nas demais faixas de renda essa parcela de domicílios diminuiu¹⁶.

Tabela 3: Despesas Selecionadas com Habitação – Parcela de domicílios que efetuaram as despesas, total e por quintos de renda (%)

	POF 2002/2003						POF 2008/2009						POF 2017/2018					
	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total
Aluguel	10.2	14.2	15.8	18.2	21.7	16.0	12.2	15.7	16.8	18.9	21.1	16.9	14.7	16.6	16.6	19.0	18.2	17.0
Condomínio	0.7	0.5	2.2	7.0	30.0	8.1	0.9	1.5	2.7	7.0	29.3	8.3	1.3	2.8	4.4	9.7	32.3	10.1
Água e esgoto	47.6	63.8	69.4	73.8	65.2	63.9	52.0	66.3	70.6	76.8	66.5	66.5	55.8	69.8	74.5	77.3	69.3	69.3
Energia elétrica	73.1	86.4	89.1	93.3	96.3	87.6	82.7	89.7	91.5	95.1	96.9	91.2	84.4	91.3	93.1	95.3	97.8	92.4
Gás doméstico	77.7	91.8	93.8	94.9	89.3	89.5	83.8	93.5	92.1	92.8	86.0	89.7	88.2	92.7	90.7	87.8	82.3	88.3

Fonte: POF- IBGE edições 2002/2003, 2008/2009 e 2017/2018.

Algumas hipóteses podem ser elaboradas a partir da análise tabelas 2 e 3 em conjunto. Primeiro, o crescimento da parcela de domicílios com acesso aos principais serviços de utilidade pública foi

¹⁶ É possível que famílias das faixas de renda mais altas estejam buscando mais frequentemente outras formas de preparar alimento (ex. usando energia elétrica, alimentação fora de casa etc.).

pequeno, mas constante durante as três pesquisas, indicando que houve um esforço de ampliação da oferta pública. Segundo, o comprometimento do orçamento das famílias das duas primeiras faixas de renda com esses serviços é atualmente bastante alto e cresceu entre as duas últimas POFs, (os gastos com energia elétrica representam 6% do orçamento das famílias do 1º quinto de renda na POF 2017/2018) revelando que parte dessas famílias precisa fazer um esforço e possivelmente deslocar o orçamento de outras despesas para poder acessá-los. Parte desse esforço pode ser decorrente de novos hábitos, como por exemplo um maior uso de equipamentos eletrônicos no domicílio; mas parte pode ser resultante do crescimento de taxas e tarifas públicas¹⁷.

3.3) Despesas com Transportes

A POF infelizmente não separa as despesas entre transporte público e outras formas de transporte. De forma análoga, aqui foram selecionadas as despesas com transporte coletivo¹⁸, que geralmente são operados por meio de concessão pública e têm seus preços regulados pelo Estado. Essas despesas comprometiam 1,5 % do orçamento para o total das famílias na pesquisa de 2017/2018. Esse peso diminuía quanto menor a faixa de renda: representava 2,5% para as famílias do primeiro quinto e apenas 0,6% para as famílias do último. (Tabela 4). Quando é observada a evolução, a participação das despesas com transporte coletivo no orçamento apresentou dois movimentos: manteve-se estável entre 2002/2003 e 2008/2009 e apresentou uma queda relevante entre 2008/2009 e 2017/2018, reduzindo sua proporção para todas as faixas de renda.

Tabela 4: Despesas Selecionadas com Transportes- Participação nas despesas correntes, total e por quintos de renda (%)

	POF 2002/2003						POF 2008/2009						POF 2017/2018					
	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total
Transporte coletivo	5.3	5.1	4.7	3.8	1.5	3.0	5.0	5.2	4.6	3.5	1.3	2.9	2.5	2.6	2.5	1.9	0.6	1.5
Álcool, gasolina¹⁹ e manutenção de automóveis	2.5	3.5	5.4	7.2	7.9	6.6	3.5	4.7	5.9	7.6	7.5	6.7	5.9	7.4	7.6	8.6	7.2	7.5
Aquisição de Veículos	2.6	3.6	4.2	6.8	9.9	7.4	3.6	4.5	5.8	8.0	11.9	8.9	3.8	4.9	5.0	7.1	9.1	7.2

¹⁷ Para considerações sobre a política de preços administrados durante os anos 2010 ver Bastos e Aidar (2019).

¹⁸ Para compor as despesas com transporte coletivo foram selecionadas nas três edições da POF as despesas com os seguintes produtos (ou análogos): Ônibus urbano, trem, metrô, bondes/vlts, transporte aquaviário de passageiros, *ferry boat*, transporte alternativo (vans, peruas etc.), ônibus intermunicipal, ônibus interestadual e integrações entre diferentes modais.

¹⁹ Apenas foram considerados álcool e gasolina porque outros combustíveis veiculares (GNV, Diesel etc.) geralmente são utilizados com finalidades distintas do transporte cotidiano de membros da família.

Fonte: POF- IBGE edições 2002/2003, 2008/2009 e 2017/2018.

As despesas com aquisição de veículos e com combustíveis e manutenção de automóveis podem ser consideradas concorrentes da oferta de transporte coletivo; representaram, respectivamente, 7,2% e 7,5% do total das despesas corrente das famílias na POF 2017/2018 (Tabela 4). A participação dessas despesas no orçamento das famílias crescia à medida que a faixa de renda aumentava; as famílias do último quinto chegavam a comprometer 9,1% de seu orçamento com a aquisição de automóveis e 7,2% com a sua manutenção e combustíveis. As despesas com aquisição de automóveis ganharam participação em todas as faixas de renda entre 2002/2003 e 2008/2009 e perderam nos três estratos de renda mais ricos entre 2008/2009 e 2017/2018, resultando em uma redução significativa de participação no total. Para o conjunto das famílias, as despesas com manutenção de veículos se mantiveram estáveis no primeiro período e aumentaram no segundo; ao longo das três pesquisas, a categoria perdeu participação somente no último estrato de renda.

Em termos de frequência dos gastos, foram analisados aqui a ocorrência de despesas com transporte coletivo e a ocorrência de despesas com combustíveis no domicílio. 29,5% dos domicílios efetuavam alguma despesa com transporte coletivo na POF 2017/2018. Por faixas de renda, essa proporção partia de 27,8% no primeiro quinto, crescia no segundo e oscilava até o quarto para tornar a cair, compreendendo apenas 24,2% no último quinto (Tabela 5).

Entre as três pesquisas aqui observadas, a parcela de domicílios que efetuaram despesas com combustíveis cresceu. Esse movimento também foi observado dentro de cada faixa de renda; a exceção foi as famílias último quinto de renda – Na POF 2017/2018, uma proporção menor de famílias nessa faixa gastava com álcool e gasolina que na pesquisa anterior. Já a proporção de domicílios que gastavam com transporte coletivo caiu a partir do 3º quinto de renda entre as duas primeiras POFs analisadas e para todas as faixas de renda entre as duas últimas (Tabelas 5).

Tabela 5: Despesas selecionadas com Transportes: Parcela dos domicílios que efetuaram as despesas²⁰, total e por quintos de renda (%)

	POF 2002/2003						POF 2008/2009						POF 2017/2018					
	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total
Gastos com transporte coletivo	37.3	44.7	46.6	51.0	46.1	45.1	38.6	47.6	44.7	46.5	37.5	43.0	27.8	32.7	30.7	32.1	24.2	29.5
Gastos com álcool e gasolina	7.0	11.8	19.4	34.1	54.7	25.3	12.1	20.1	25.5	40.5	60.6	31.8	25.7	33.5	34.0	44.9	56.7	39.0

Fonte: POF- IBGE edições 2002/2003, 2008/2009 e 2017/2018.

Analisando conjuntamente os resultados encontrados nas tabelas 4 e 5, é possível dividir a trajetória das despesas com transporte no orçamento das famílias em dois momentos: em um primeira etapa (2002/2003 – 2008/2009), famílias de todas as faixas de renda examinadas ampliaram a aquisição de veículos (e em associação os gastos com manutenção e combustíveis ganharam participação no orçamento) ao mesmo tempo em que as famílias com renda inferior ao 2º quintil utilizaram parte de seus ganhos de renda para suprir uma demanda reprimida por um maior uso dos serviços de transporte coletivo. Em uma segunda etapa (2008/2009 – 2017/2018), o transporte público urbano perdeu em participação e em cobertura para faixas de renda. A ocorrência de uma proporção maior de domicílios que gastam com combustíveis é um indicativo de que a posse de automóveis aumentou no período²¹, principalmente para famílias das duas primeiras faixas de renda. Entretanto, a diminuição da participação dos gastos com aquisição de veículos no total sugere que o ritmo de aumento da posse de automóveis já passou por seu auge.

3.4) Despesas com Saúde

Como o gasto privado com saúde concorre com a oferta pública desses serviços e bens, todas as despesas do grupo serão investigadas. Aqui, foram segmentadas em despesas com remédios, com planos de saúde e com consultas, tratamentos, exames e materiais médico-hospitalares. Para o conjunto das famílias o destaque eram os gastos com remédios, que correspondiam a em torno de 3,4% do total das despesas correntes na POF 2017/2018. Por faixas de renda, a participação dos remédios no orçamento doméstico crescia até o terceiro quinto, atingindo 4,4%, e depois tornava a cair (Tabela 6).

²⁰ A POF separa as despesas com combustíveis para abastecimento de automóveis das despesas com combustíveis para outros fins.

²¹ A edição de 2017/2018 da POF ainda não divulgou o seu inventário de bens duráveis, então no momento não é possível comparar a evolução da posse de automóveis por domicílios entre as três edições. Como “indicador” da evolução da posse de automóveis, utilizou-se a despesa com combustíveis (álcool e gasolina), que ocorre com mais frequência do que a despesas com aquisição ou manutenção de automóveis.

As despesas com remédios foram seguidas pelos planos de saúde, que representaram 3,0% do orçamento doméstico para o conjunto das famílias na POF mais recente. Porém, a importância dessa categoria foi muito desigual entre as faixas de renda: correspondeu a apenas 0,5% das despesas correntes no primeiro quinto e 4,6% no último. As demais despesas com saúde, que incluem consultas, exames, tratamentos e materiais, alcançaram entre 1,8% e 2,4% para todas as faixas de renda.

A soma das despesas com saúde manteve sua participação no orçamento das famílias entre as POFs 2002/2003 e 2008/2009 e cresceu para todas as faixas de renda entre essa última e a POF 2017/2018. As despesas com remédios tiveram um pequeno ganho de participação para todas as faixas de renda ao longo das três edições da pesquisa, enquanto o conjunto das demais despesas com saúde perdeu participação. As despesas com planos de saúde ganharam participação entre as duas primeiras POFs analisadas a partir do 2º quinto; e em todas as faixas de renda entre a edição de 2008/2009 e 2017/2018, com destaque para as famílias do último quinto.

Tabela 6: Despesas com Saúde por categoria – Participação nas despesas correntes, total e por quintos de renda (%)

	POF 2002/2003						POF 2008/2009						POF 2017/2018					
	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total
Remédios	3.7	4.0	3.9	3.4	2.3	3.0	3.8	4.0	4.0	3.5	2.6	3.2	3.8	4.2	4.4	3.5	2.8	3.4
Plano ou Seguro Saúde	0.5	0.4	1.1	1.8	3.0	2.1	0.4	0.7	1.2	2.4	3.6	2.5	0.5	1.2	1.7	2.5	4.6	3.0
Consultas, exames, tratamentos	1.1	1.9	1.9	2.2	2.7	2.3	1.4	1.5	1.8	1.7	2.0	1.8	1.8	2.2	2.4	2.4	2.2	2.2
Total Saúde	5.3	6.3	7.0	7.4	8.0	7.4	5.6	6.1	7.0	7.6	8.1	7.4	6.1	7.6	8.4	8.4	9.5	8.6

Fonte: POF- IBGE edições 2002/2003, 2008/2009 e 2017/2018.

Quando foi examinada a ocorrência das principais despesas com saúde (Remédios e planos de saúde) nos domicílios, nas três edições da POF, mais de 60% dos domicílios gastaram com remédios em todas as faixas de renda (Tabela 7). Ao contrário dos remédios, os planos de saúde apresentaram uma ocorrência muito concentrada nas famílias mais ricas: na POF mais recente, enquanto 60,0% dos domicílios no último quinto de renda apresentaram despesas com a categoria, apenas 4,7% daqueles no primeiro quinto efetuaram a despesa.

A proporção de domicílios que gastava com remédios aumentou para todas as faixas de renda entre as POFs 2002/2003 e 2008/2009 e caiu entre essa última edição e a mais recente (com exceção do último quinto de renda). O percentual dos domicílios em que algum morador gastava com planos de

saúde cresceu para todas as faixas de renda entre as duas primeiras pesquisas analisadas e apenas não cresceu para o último quinto entre as duas últimas pesquisas.

Tabela 7: Despesas com Saúde por categoria – Parcela dos domicílios que efetuaram as despesas, total e por quintos de renda (%)

	POF 2002/2003						POF 2008/2009						POF 2017/2018					
	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total
Remédios	64.5	73.8	76.1	79.8	82.1	75.2	79.1	83.6	84.4	84.6	86.4	83.6	73.3	79.4	80.9	82.8	86.6	80.6
Planos de saúde	2.9	7.6	16.2	32.8	61.4	24.1	3.0	9.7	16.4	34.0	61.8	25.0	4.7	13.3	19.6	34.3	60.0	26.4

Fonte: POF- IBGE edições 2002/2003, 2008/2009 e 2017/2018.

A análise das tabelas 5 e 6 combinadas revela que a despeito de variações na renda real das famílias e nos preços relativos, a proporção de domicílios cujo algum morador gasta com planos de saúde cresceu pouco nas três pesquisas, e a representatividade dessa despesa no orçamento somente é relevante para as famílias dos dois últimos quintos de renda. Embora tenha aumento parcela de domicílios que gastam com plano de saúde nos três primeiros quintos de renda ao longo das pesquisas observadas, é possível deduzir que grande parte da população não tem acesso a esse serviço e depende do Sistema Único de Saúde (SUS) para assistência médico-hospitalar.

Já a parcela do orçamento gasta com remédios se manteve mais ou menos constante apesar do aumento da proporção de domicílios que incorriam nesses gastos na edição de 2008/2009 e da queda na edição 2017/2018. Uma hipótese para explicar esse fato é que ampliação do alcance dos remédios em 2008/2009 pode ter ocorrido via barateamento por meio de programas públicos como farmácia popular e ampliação dos medicamentos genéricos, enquanto a redução em 2017/2018 já revela um aumento dos preços relativos nesses produtos.

3.5) Despesas com Educação

Entre as despesas com educação, foram consideradas como concorrentes da oferta pública aquelas com cursos regulares (ensino fundamental e médio), com cursos superiores e com material didático e escolar. Na POF 2017/2018 as despesas com cursos regulares representavam 1,7% do total das despesas correntes das famílias, enquanto as com cursos superiores atingiam 1,5% e aquelas com livros didáticos e materiais escolares apenas 0,4%. (Tabela 8). Enquanto cursos regulares e superiores ganham representatividade conforme a faixa de renda cresce, com livros didáticos e materiais escolares acontecia o inverso. As despesas com cursos regulares e superiores representavam, respectivamente, 2,3% e 1,5%

das despesas correntes do último quinto de renda; no primeiro quinto, esses valores eram apenas 1,0% e 0,9%.

Tabela 8: Despesas Seleccionadas com Educação – Participação nas despesas correntes, total e por quintos de renda (%)

	POF 2002/2003						POF 2008/2009						POF 2017/2018					
	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total
Cursos regulares	0.2	0.4	0.7	1.2	2.0	1.4	0.3	0.4	0.5	0.7	1.3	0.9	1.0	1.1	1.1	1.5	2.3	1.7
Cursos superiores	0.2	0.1	0.4	1.3	2.4	1.6	0.2	0.3	0.7	1.2	1.5	1.1	0.9	1.0	1.4	2.2	1.5	1.5
Artigos escolares e livros didáticos	0.3	0.4	0.7	0.9	1.4	1.1	0.7	0.5	0.4	0.4	0.3	0.4	0.6	0.6	0.4	0.4	0.4	0.4

Fonte: POF- IBGE edições 2002/2003, 2008/2009 e 2017/2018.

Nas três edições da POF aqui consideradas, a parcela das despesas com educação no orçamento nas categorias analisadas apresentou dois movimentos: uma perda de participação entre as edições de 2002/2003 e 2008/2009, puxada pelas duas faixas de renda mais altas; e um crescimento em participação das despesas com cursos regulares e superiores entre as pesquisas de 2008/2009 e 2017/2018, para o qual contribuíram todas as faixas de renda. As despesas com artigos escolares e livros didáticos perderam participação no orçamento das famílias nos dois períodos.

Quando é observada a frequência de despesas nos domicílios, ao longo das três últimas edições da pesquisa caiu a parcela de domicílios que apresentou despesas com artigos escolares e livros didáticos em todas as faixas de renda (Tabela 9). Já a parcela de domicílios que efetuou despesas com cursos regulares caiu entre as POFs de 2002/2003 2008/2009 para todas as faixas de renda e cresceu entre 2008/2009 e 2017/2018 até a 4ª faixa de renda. Por fim, a proporção de domicílios que gastaram com cursos superiores cresceu até a quarta faixa de renda e caiu na última, resultando numa queda na proporção total de domicílios que gastam com ensino superior na POF 2008/2009 e um aumento na edição de 2017/2018.

Tabela 9: Despesas Selecionadas com Educação – Parcela de domicílios que efetuaram as despesas, total e por quintos de renda (%)

	POF 2002/2003						POF 2008/2009						POF 2017/2018					
	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total	1	2	3	4	5	Total
Cursos regulares	2.6	5.8	7.2	13.0	23.0	10.3	2.0	4.5	5.1	7.7	14.6	6.8	4.8	6.6	6.2	8.7	13.7	8.0
Cursos superiores	0.2	0.6	1.8	6.6	18.0	5.4	0.5	1.4	3.0	7.6	13.2	5.1	2.3	4.3	6.0	9.1	11.9	6.7
Artigos escolares e livros didáticos	54.7	51.2	44.0	47.3	52.5	50.0	51.8	45.2	35.5	37.9	43.1	42.7	37.7	34.7	28.2	33.1	39.4	34.6

Fonte: POF- IBGE edições 2002/2003, 2008/2009 e 2017/2018.

Analisando essas duas tabelas combinadas é possível extrair algumas conclusões. Primeiro, a perda de participação das despesas com artigos escolares e livros didáticos no orçamento das famílias, acompanhada na queda na proporção de domicílios que realizam essas despesas, condiz com a perda da participação de crianças e jovens na pirâmide etária brasileira – já que estudantes das redes pública e privada têm despesas com esses itens. Por outro lado, as famílias dos dois primeiros quintos ampliaram seus gastos com educação privada no período, bem como cresceu a proporção de domicílios nessas faixas de renda que incorrem em gastos com educação. Essa ampliação foi relevante, sobretudo entre as duas últimas POFs, mas não configurou uma substituição em massa da oferta pública pela privada: a proporção de domicílios em que alguém frequenta a escola ou a faculdade privada permanece muito baixa.

4) Considerações Finais

O presente trabalho pretendeu ser apenas um olhar abrangente sobre as transformações nos padrões de consumo nas famílias relacionadas a bens e serviços de provisão pública. O principal objetivo foi observar como esses bens e serviços interagem com o orçamento das famílias e como essa interação evoluiu recentemente. Se por um lado aqui não se pretendeu estabelecer relações de causa e efeito, por outro lado foram formuladas hipóteses para essas mudanças, que podem ser investigadas adiante. Entre os fatores listados que podem explicar mudanças na proporção do orçamento das famílias gasto com itens relacionados à provisão pública de bens e serviços estão: mudanças nos preços relativos, ampliação da oferta de bens públicos, mudanças de hábitos (como o surgimento de novos produtos e a extinção de outros), mudanças na composição etária da população e ganhos de renda ou redistribuição.

Entre as três edições da pesquisa, as transformações no padrão de consumo foram mais intensas para as famílias nos dois primeiros quintos de renda: a diversificação de suas despesas e a redução do peso da alimentação no orçamento, que foi um nítido efeito de seus ganhos de renda na década de 2000,

parece não ter se perdido com a diminuição no ritmo do crescimento do rendimento dos mais pobres na década seguinte.

Ao mesmo tempo, esses ganhos não foram suficientes para contrabalançar o peso das despesas com serviços de utilidade pública no orçamento dessas famílias, que permanecia alto na última edição. É necessário destacar que a parcela do orçamento gasta com gás doméstico, uma despesa essencial associada à preparação de alimentos, caiu para as famílias mais pobres entre as duas primeiras POFs analisadas e se manteve entre as duas últimas, o que reflete a ausência de uma política de preços voltada para a diminuição do peso desse produto no orçamento. O aumento da parcela gasta com eletricidade, atribuível tanto à política tarifária quanto à ampliação da cobertura da rede elétrica e ao o crescimento da demanda, parece ser a principal causa da resistência dessas do alto peso dessas despesas no orçamento. Já o pequeno crescimento das despesas com água e esgoto pode estar associado ao aumento da cobertura das redes de distribuição.

As despesas com transportes aqui analisadas apresentaram dois movimentos: a POF 2008/2009 mostrou uma ampliação da parcela do orçamento gasta e dos domicílios cobertos com transporte coletivo para famílias até o 2º quintil de renda, em paralelo a um aumento dos gastos com aquisição de automóveis, manutenção e combustíveis em todas as faixas de renda, que provavelmente tem relação com tanto com os ganhos de renda quanto com o barateamento do preço dos automóveis no período. Já a POF 2017/2018 revela uma possível expansão da posse de automóveis nos domicílios, ao mesmo tempo em que as despesas com transporte coletivo perderam em participação e em cobertura para faixas de renda – é como se tivesse havido uma efetiva substituição da oferta pública de transportes pela privada e individual, mesmo nos estratos mais baixos de renda.

Se nas despesas com transporte houve substituição da oferta pública pela privada, a análise das despesas com saúde por faixa de renda mostra que o aumento a parcela de despesas e da proporção de domicílios cobertos por planos de saúde cresceu pouco ao longo das três edições da pesquisa e essa categoria somente é significativa no último quinto de renda, o que reforça a essencialidade do SUS como única forma de assistência à saúde de boa parte das famílias.

Por fim, as despesas com educação privada mostraram dois movimentos distintos: na POF 2008/2009 houve um pequeno aumento em sua proporção no orçamento das famílias dos dois primeiros quintos – uma provável consequência da diversificação de despesas – enquanto as famílias das demais faixas de renda reduziram a sua participação. Já na POF 2017/2018 as despesas com cursos regulares e superiores aumentaram para todas as faixas de renda; embora a ocorrência dessas despesas ainda seja

muito baixa, sobretudo nas famílias até o 2º quintil, a nova pesquisa indica que a oferta pública desses serviços

Bibliografia:

BASTOS, C. P.; AIDAR, G. **Brazils Economy: Recent Trends and Perspectives**. Working Paper, 2019.

FAGNANI, E. **Piso de Proteção Social**: o debate internacional e a experiência brasileira. Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas 203, 2012.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos**: seguridade social na América Latina. SciELO-Editora FIOCRUZ, 1994.

GALBRAITH, J.K. **The affluent society**. Houghton Mifflin Harcourt, 1998 (1958)

DE CARVALHO, C.H.R.; PEREIRA, R.H.M. **Efeitos da variação da tarifa e da renda da população sobre a demanda de transporte público coletivo urbano no Brasil**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2011.

CASTRO, J.A & VAZ, F.M. Gastos das Famílias com Educação. In: SILVEIRA, F. G; et al (Org.). **Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas**. Brasília: IPEA, p. 77-104, 2007.

DE CARVALHO, C.H.R.. **Elasticidade-renda dos gastos das famílias metropolitanas brasileiras com transporte urbano e aquisição de veículos privados**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014.

DINIZ, B. P. C. et al. As pesquisas de orçamentos familiares no Brasil. In: SILVEIRA, F. G; et al (Org.). **Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas**. Brasília: IPEA, p. 17-74, 2007(a).

DINIZ, B.P.C et al. Gasto das famílias com saúde no Brasil: evolução e debate sobre gasto catastrófico. In: SILVEIRA, F. G. et al (Org.). **Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas**. Brasília: IPEA, p. 143-66, 2007 (b)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003**: primeiros resultados; Brasil e grandes regiões e unidades da Federação. IBGE, 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: despesas, rendimento e condições de vida. IBGE, 2010.

HIGGINS, S., LUSTIG, N., RUBLE, W., & SMEEDING, T. M. Comparing the incidence of taxes and social spending in Brazil and the United States. **Review of Income and Wealth**, 62(S1), 2016.

HOFFMANN, R. Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.

18, n. 1 (35), p. 213-231, abr. 2009.

LAVINAS L. **Latin America: anti-poverty schemes instead of social protection.** Working Paper Series 51, desiguALdades.net Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America, 2013.

MEDEIROS, C. A. Social Provisioning and Social Unbalances on Capitalist Development. **Journal of Economic Issues**, Volume XLIX Number 2 – June 2015(a).

MEDEIROS, C.A., **Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira.** Brasília: IPEA, 2015(b)

DOS SANTOS, C. H. **Um panorama Macroeconômico das Finanças Públicas Brasileiras: 2004 a 2011.** Mimeo, 2012.

MENEZES-FILHO, N., & NUÑEZ, D. F. **Estimando os Gastos Privados com Educação no Brasil.** 2012.

Orair, R. O., & Gobetti, S. W. (2017). **Do expansionismo à austeridade: a política fiscal em período recente.** 2017.

ROCHA, S. A Estrutura de Consumo das Famílias Metropolitanas em São Paulo e Recife: evidências e implicações. **PPE**, v. 25, n 2, 1995.

STIVALI, M.; GOMIDE, A. A. Padrões de Gasto das Famílias com Transportes Urbanos no Brasil Metropolitano 1987-2003. In: SILVEIRA, F. G; et al (Org.). **Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas.** Brasília: IPEA, p. 167-199, 2007.

SERRANO, F.; SUMMA, R. Aggregate demand and the slowdown of Brazilian economic growth in 2011-2014. **Nova Economia**, v. 25, n. SPE, p. 803-833, 2015.